

O Serviço Social Clínico como expressão reeditada do conservadorismo na profissão: tensionamentos para o projeto ético político

Adriana Ramos*

Juan Carlos Siqueira Cardoso**

Vitória Régia Mesquita Café***

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo, apontar alguns dos desafios postos ao Serviço Social contemporâneo, pelas tendências conservadoras na sua relação com o projeto ético-político. Produto de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa realizada em publicações científicas articulada a uma análise documental, o texto, partindo da teoria social crítica marxista, pretende problematizar a seguinte questão: em que medida se localizam tendências conservadoras no Serviço Social no campo da produção de conhecimento e do debate, sobretudo a partir dos últimos dez anos? Para isso, partimos da hipótese de que há uma mescla de elementos constitutivos da pós-modernidade e um conservadorismo reeditado, que incidirão no Serviço Social. A profissão, compreendida como uma arena de disputa pela hegemonia por projetos profissionais, é atravessada por mudanças no que se refere ao conservadorismo e seu ressurgimento na profissão com outras nuances, como o Serviço Social Clínico, que caminha na direção contrária de todo processo crítico do Serviço Social brasileiro, que vem sendo construído desde os anos de 1980. Articulado a esse movimento, são abordados os constituintes sócio-históricos dos processos vivenciados no contexto brasileiro frente à exponenciação da emergência da extrema-direita entre os anos de 2018 e 2022, revelador de uma retomada do conservadorismo na sociedade brasileira. Por fim, enfatizamos a defesa da direção social estratégica assumida pelo Serviço Social brasileiro no sentido de refletir qual a potencialidade deste projeto profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; conservadorismo; projeto ético-político; serviço social clínico.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7861-0106>
E-mail: adriana.amos.4791@gmail.com

** Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Estagiário pelo Programa Acadêmico Bolsista 2025 no Hospital Maternidade Paulino Werneck, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0019-3399>
E-mail: juancsiqueira02@gmail.com

*** Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, (MASS-UECE). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará / UECE, Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0009-0006-6820-1652>
E-mail: vitoria.mcafe@gmail.com

Clinical Social Work as a Reissued Expression of Conservatism in the Profession: Tensions for the Ethical-Political Project

ABSTRACT

The purpose of this article is to point out some of the challenges faced by contemporary Social Work due to conservative trends in its relationship with the ethical-political project. As a product of qualitative bibliographic research conducted on scientific publications, combined with a documentary analysis, the text, based on Marxist critical social theory, aims to problematize the following question: to what extent are conservative trends found in Social Work in the field of knowledge production and debate, especially over the last ten years? To this end, we start from the hypothesis that there is a mixture of elements from postmodernity and a renewed conservatism that will affect Social Work. The profession, understood as an arena of struggle for hegemony by professional projects, is marked by changes regarding conservatism and its resurgence in the profession with other nuances, such as Clinical Social Work, which moves in the opposite direction of the entire critical process of Brazilian Social Work, which has been developing since the 1980s. Connected to this movement, the socio-historical constituents of the processes experienced in the Brazilian context in the face of the exponential rise of the far-right between 2018 and 2022 are addressed, revealing a resurgence of conservatism in Brazilian society. Finally, we emphasize the defense of the strategic social direction assumed by Brazilian Social Work in order to reflect on the potential of this professional project.

Keywords: Social service; conservatism; ethical-political project; clinical social work.

Introdução

O presente artigo é produto de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa realizada em publicações científicas articulada a uma análise documental, associadas aos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) que possui como finalidade, problematizar a seguinte questão: em que medida se localizam tendências conservadoras no âmbito da produção de conhecimento de Serviço Social? As reflexões que se seguem são construídas partindo do referencial da teoria social crítica marxista, sobre questões vinculadas ao conservadorismo, que mesclado com as tendências do pensamento da pós-modernidade vem influenciando o campo do Serviço Social. Apesar de uma processualidade histórica na categoria profissional das/dos assistentes sociais¹ para romper com o pensamento conservador, reiteramos que ainda há um movimento de resgate à tradicionalidade na

profissão. O que, em nossa hipótese de estudo, promove capilaridade para discussões que retroalimentam análises que por si só não ratificam a intervenção profissional objetiva do Serviço Social, sintonizada com o projeto ético político e a cultura profissional que lhe é constituinte.

Partindo dessa perspectiva, entendemos que não somente existe um campo de tensionamento entre as leituras de mundo, homem e sociedade, mas tendências que almejam a retomada do trabalho profissional do Serviço Social a partir de uma intervenção empírica, psicologizante e conformista na atual realidade socioeconômica brasileira. Este movimento, por si só, remonta a um passado conservantista e acrítico no que se refere à compreensão sobre as expressões da “questão social” e do próprio significado social da profissão. Nesta direção, há uma forte tendência de que haja um protagonismo da racionalidade formal abstrata na condução do trabalho profissional bem como formas simplificadas de análises sobre os processos sociais, que conduzem para uma leitura desistoricizada dos fenômenos sociais e se remetem ao nível de suas aparências sem a captura de sua essência.

O material utilizado² para as ponderações que aqui se colocam foi construído a partir de um levantamento de produções teóricas³ que apresentasse, em seu conteúdo central, o debate do conservadorismo na sua relação com o Serviço Social. Em propostas afinadas com tendências conservadoras, localizamos *lives* disponíveis no canal do *Youtube* (registro audiovisual), elaboradas por um segmento profissional que defende o Serviço Social Clínico, além de materiais bibliográficos que apresentam essa mesma diretriz. A questão colocada por esse grupo se refere à necessidade de refundação da profissão assentada em perspectivas teóricas distintas da que subsidia a profissão na contemporaneidade. Daí deriva nossa hipótese de que essa forma de pensamento e de exposição resgata tendências conservadoras contemporâneas e se sintoniza com perspectivas da pós-modernidade. Ainda que majoritariamente as produções teóricas do Serviço Social contemporâneo se concentrem no campo crítico, não podem ser desconsiderados os materiais que caminham em sentido inverso, e, portanto, a necessidade de analisá-los criticamente. Por isso concordamos com Mota e Rodrigues (2020) quando da afirmativa que esse conservadorismo contemporâneo, que colide com os valores emancipatórios da profissão gestados na sua perspectiva crítica, é um fenômeno novo, o que justifica a exigência de uma reflexão teórica e política adensada sobre seus pressupostos. Assim, torna-se relevante a investigação sobre esse processo que se posiciona na disputa pela hegemonia no interior do Serviço Social.

No desenvolvimento do texto, faremos breves considerações acerca da pós-modernidade, que se apresenta mesclada com o conservadorismo contemporâneo, sobre a relação da profissão com o tradicionalismo e sua ruptura com esta forma de pensar, ao mesmo tempo em que novas expressões do conservadorismo aparecem na atualidade no interior da profissão. Como a proposta considera pensar o Serviço Social na História e não só a história do Serviço Social, esse debate está articulado com o contexto social, político e econômico brasileiro, que favoreceu a emergência do pensamento conservador. E por último, trazemos reflexões acerca da atualidade do projeto ético político da profissão e a sua defesa, cada vez mais necessária na atual conjuntura.

Considerações sobre a pós-modernidade: um panorama conceitual

A concepção de pós-modernidade, emergida entre as décadas dos anos 1960 e 1970, inicialmente se manifesta nos campos da estética e da arquitetura, portanto como uma expressão teórica e cultural, mas se espraia para as demais dimensões da sociedade dos países de capitalismo central, também tendo suas manifestações nos campos ideopolíticos e econômicos. Particularmente no campo das ciências sociais, sua influência se desdobra numa modificação na forma de análise teórica da realidade, que passa a contestar a modernidade⁴, “[...] incidindo amplamente na elaboração da teoria social e na reflexão filosófica” (Evangelista, 2008, p. 3). Essa dinâmica ao mesmo tempo que cinge com a modernidade, produz implicações não somente na vida cotidiana, mas sobretudo na produção do conhecimento social (Evangelista, 2008).

O pensamento pós-moderno parte do pressuposto que os ideais da modernidade se exauriram a partir de mais uma crise cíclica do capital, e, portanto, indica uma “crise da modernidade”, tendo como finda a era da modernidade, na medida em que esta não conseguiu sanar suas problemáticas deste tempo. Nesse sentido se compreende que o pensamento pós-moderno, como constituinte de uma nova ordem societária construída em razão da derrocada da modernidade em crise, se configura como “[...] uma das saídas possíveis diante de um diagnóstico hegemônico que aponta para a falência do venturoso projeto de modernidade [...]” (Evangelista, 2007, p. 171). Nesta direção, instaura uma nova forma de pensar, ou seja, “uma nova racionalidade” (Evangelista, 2008) que é forjada a partir da expressão de um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas engendradas pela crise do capitalismo. Com esse sentido, a pós-modernidade se assenta na:

[...] desconstrução das utopias emancipatórias modernas, [e] sob o impacto destes acontecimentos e da crise societária [...] que anunciará nas décadas subsequentes o enfraquecimento do fordismo-keynesianismo, o advento de novas transformações tecnológicas e a reestruturação do capitalismo [que] configura-se como o horizonte [...] (Bezerra, 2007, p. 191).

No campo da produção do conhecimento sobre a realidade concreta, as verdades universais são substituídas por verdades parciais, a concepção de totalidade se abstrai na concepção do fragmentário e o critério de permanência é substituído pelo efêmero. Também são desconsiderados elementos, que constituem as formulações da teoria marxiana e do campo da tradição marxista, como o entendimento sobre o sujeito revolucionário (que é constituído pela classe trabalhadora) e por consequência, sobre a centralidade da análise da luta de classes, das contradições da sociedade capitalista e das questões estruturais que forjam as desigualdades sociais (Bezerra, 2007). Assim, as análises da realidade que utilizam como aporte esse paradigma epistemológico, entendem a vida social a partir de uma compreensão teórica que difere da interpretação proposta por Marx, que buscava desvendar a sociabilidade do capital de forma radical, através do materialismo histórico-dialético como instrumento de interpretação e de superação do capitalismo e colocava a possibilidade da construção da emancipação humana e do socialismo. Portanto, as metanarrativas que eram formas de explicação da totalidade da realidade analisando suas contradições, são consideradas ultrapassadas e em seu lugar assumem destaque as narrativas dos indivíduos, as verdades pontuais e um pragmatismo no conjunto das relações sociais. Nesta perspectiva, sua centralidade se localiza nas formas pelas quais o objeto é assimilado pelas consciências, pois o pensamento pós-moderno entende os fenômenos sociais como manifestações fragmentadas e sem nenhuma relação entre si, pois no lugar das análises societárias, adentra uma miríade de teorias que se fundamentam numa relativização do saber e do conhecer, referentes às explicações sobre os processos sociais, o que tende a uma ausência de racionalidade.

Essa exacerbação do irracionalismo não é à toa, cumpre as exigências desse novo momento histórico de ‘crise da modernidade’, onde um mal-estar generalizado, caracterizado por pessimismo e melancolia, aparece diante do plano de sociabilidade capitalista/moderna. Essa crise que se dá no plano do pensamento e se expressa com o avanço da chamada perspectiva pós-moderna cumpre uma função legitimadora do capitalismo em sua nova fase financeirizada e mundializada (Dardengo, 2012, p. 281).

Nesta esteira, “[...] os pós-modernos preconizam um pensamento opaco incapaz de realizar um combate teórico e uma ação política transformadora” (Dardengo, 2012,

282), apresentando argumentos rasos e frágeis teoricamente, na medida em que constroem suas percepções no nível da superficialidade em contraposição ao estudo da realidade concreta. Partindo dessas considerações identifica-se que os estudos sobre os fenômenos sociais se distanciam de uma análise que leve em consideração o desvelamento da aparência buscando a essência dos processos sociais, derivando daí um caráter referenciado na “[...] indeterminação, [na] descontinuidade, [na] fragmentação, [...] [e no] ecletismo. A verdade produzida pela ciência é completamente relativizada, pois existe sempre a premissa de uma irrefutabilidade paradoxal.” (Dardengo, 2012, p. 282). Neste cenário, assumem as perspectivas de desferencialização do real, a despolitização da sociedade, a desmaterialização da economia pois tudo está envolto na efemeridade e na fragmentação (Evangelista, 2007). Aqui se constitui o apelo à irracionalidade que faz com que as formas de enfrentamento dos conflitos se realizem no âmbito da ilusão, do imaginário “[...] dissimulando as determinações das contradições sociais, os seus nexos e mediações, naturalizando as suas consequências, negando a possibilidade de sua compreensão radical[...].” (Barroco, 2022, p. 13).

Partindo dessas breves considerações sobre a pós-modernidade, na sequência problematizamos como a profissão avança na ruptura e continuidade com o conservadorismo, compreendendo que a esse movimento são acrescidas algumas tendências do pensamento pós-moderno aliadas as vertentes conservadoras, já que num determinado momento sócio-histórico, são retomadas de formas distintas e mais intensificadas na profissão para pensar a sociedade. As reflexões que se seguem abordam a processualidade histórica em que se deu a intenção de ruptura com o conservadorismo profissional, os avanços e conquistas amadurecidos e consolidados pela profissão e seus desafios conjunturais, considerando que as influências de crises cíclicas do capital promovem a emergência de uma realidade que necessita da manutenção do seu pilar central: o conservadorismo.

O Serviço Social e a ruptura com a tradicionalidade

A emergência do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, advém de um processo histórico mundial atrelado à expansão do sistema capitalista, que já em sua fase monopolista, produz de forma acentuada, a pobreza, miséria da classe trabalhadora e a necessidade de intervenção por parte do Estado em sua face “conciliatória” entre a burguesia e a classe trabalhadora para não somente a resolução pontual das “expressões da questão social”, bem como para a sustentação das relações exploratórias desse sistema.

Favoráveis a essa lógica, os profissionais do Serviço Social, neste período de sua gênese, sob a égide do humanismo cristão, assumiram para si como escopo a referencialidade interventiva agregada à óptica vigente no campo Doutrina Social da Igreja. À época de sua institucionalização, já na década de 1940, assiste-se uma modificação em seus referenciais que se inspiram no campo das Ciências Sociais. Nesse sentido, toda constituinte da ação profissional das assistentes sociais caminhava sob uma ética liberal-burguesa que visava, na sua integralidade, a formatação dos indivíduos de acordo com as normativas positivistas-funcionalistas, e nesta mesma concepção, se somava uma postura policialesca, de controle de comportamentos, que historicamente foi atrelada aos profissionais do Serviço Social.

O Código de Ética de 1947, referência naquele momento para também sustentar a intervenção e dar escopo para assistentes sociais, argumentava na introdução que “[a] Moral ou Ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal.” (Brasil, 1947, grifos nossos). Isto é, a atuação de assistentes sociais não estava pautada na leitura social crítica daquele contexto, mas num direcionamento subsidiado no referencial conservador, sem sequer se atentar às condições socioeconômicas que atravessavam a realidade da classe trabalhadora, a quem eram destinadas suas intervenções profissionais. Esta perspectiva acrítica e despolitizada permaneceu no Serviço Social durante décadas, apresentando uma modificação superficial no contexto da ditadura civil-militar. Nesta conjuntura contraditoriamente, no final dos anos 1960, chegam ao Serviço Social, literaturas críticas com subsídios dos germes marxianos.

Mas o divisor de águas se condensa no Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano (1965) que não só demonstrou o esgotamento do humanismo cristão enquanto orientação profissional, mas também as fragilidades que se impunham enquanto tradicionalidade do Serviço Social, expondo inquietações e questionamentos ao Serviço Social de base conservadora. Na realidade brasileira essa dinâmica se expressou no processo de renovação do Serviço Social contendo três tendências: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (Netto, 1991). Nesta arena, perspectivas conservadoras e progressistas disputaram a hegemonia na direção da profissão, mas somente com o caldo social político cultural e econômico da conjuntura da erosão da ditadura civil militar, articulado ao processo de redemocratização, podemos pensar no espraiamento de uma perspectiva crítica, cuja incorporação não ocorreu sem equívocos, mas que foi elemento vital para o início do amadurecimento teórico da profissão, a partir dos anos de 1980. Assim sendo, o processo de renovação

na sua vertente crítica, não só rompeu com a ideologia burguesa presente no Serviço Social, como aproximou assistentes sociais das discussões produzidas no escopo das ciências sociais, referentes ao campo da tradição marxista.

A formação crítica emergente

A relação que se estabelece entre os movimentos disruptivos com o viés de influência positivista da profissão alça espaços que careciam de discussões que necessariamente eram introjetadas pela fonte conservadora. Como sinalizado, já no esgotamento da ditadura militar-empresarial, o Serviço Social, em 1979, vê a materialização da perspectiva crítica no chamado III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) ou “Congresso da Virada”, um marco do evidente posicionamento progressista dos profissionais em relação à postura antidemocrática e a uma lógica reguladora e justificável para as mazelas da sociedade. Esse congresso se configura como um marco simbólico para o Serviço Social brasileiro, na medida em que se estabelece como um primeiro momento em que se rompe com o conservadorismo na profissão em favor de uma renovação histórico-crítica vinculada à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, na [...] construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganizara, [...] no sentido de disputar as direções dos Cras e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas [...]” (Abramides, 2016, p. 465).

Considerando diversas determinantes sócio históricas que constituem o conjunto de modificações pelas quais a sociedade brasileira atravessa, sobretudo das décadas de 1970 a 1980, dentre elas a erosão da ditadura militar-empresarial em seu “processo de transição lenta e gradual” e o consequente processo de redemocratização, o fortalecimento dos movimentos sociais cujas pautas reivindicatórias incluíam melhorias nas condições de vida, os movimentos populares contra a carestia, as greves operárias, a reorganização dos movimentos sindicais com o “novo sindicalismo”, (Abramides, 2016), dentre outras, é neste caldo sócio político que é construído um Serviço Social que questiona a

base conservadora da profissão e que se apropria, ainda que de forma enviesada, de uma referencialidade no campo teórico-metodológico fundamentada no pensamento do campo da tradição marxista. Esse movimento que busca a ruptura com a herança conservadora construirá uma nova cultura profissional, um novo *ethos* para a profissão que incidirá na reconstrução da sua autoimagem bem como nas suas diretrizes reguladoras, e o almejo a uma nova prospecção crítica para a formação profissional qualificada, na lógica do pensamento crítico. É no bojo dessas modificações sociais que a profissão inicia a construção do que hoje denominamos de projeto ético-político⁵, que tem suas raízes nos movimentos contestatórios em relação às perspectivas conservadoras que formavam a profissão. Esse projeto, de bases democráticas e progressistas contempla outra visão de mundo e de sociedade, a partir da aproximação com as referenciais do campo da tradição marxista, portanto ele “[...] é fruto do rumo crítico que tomou determinado segmento de profissionais do Serviço Social brasileiro, em busca de romper com o tradicional conservadorismo que marcou a gênese e a trajetória histórica da profissão [...]” (Forti; Ramos, 2018, p. 83). Também contém a autoimagem da profissão, seus saberes teóricos metodológicos, suas normativas bem como se particulariza como uma estrutura flexível e mutável (Netto, 1991), tendo instaurado uma outra direção social estratégica para a profissão, constitutivos de um novo *ethos* profissional. Este é “[...] um projeto profissional que critica a ordem social instituída, [e] busca o rompimento com valores e as ações nas quais o conservadorismo impregnou [...] a profissão” (Forti; Ramos, 2018, p. 85) se sintonizando com a defesa da construção de outra ordem societária onde não haja a exploração do homem.

Toda esta experiência vivida pelo Serviço Social brasileiro o coloca na vanguarda em relação às orientações ético-políticas, teórico-metodológicas, e técnico-operativas fazendo com que obtenha avanços que solidificaram seu amadurecimento profissional. Considerando que,

[...] essa cultura profissional de ruptura com o conservadorismo avança com a consolidação da pesquisa e dos Programas de Pós-graduação, responsáveis pela formação de quadros intelectuais e pelo acervo de publicações, que têm assegurado uma massa crítica de conhecimentos no Serviço Social e na intervenção profissional; insurgindo-se contra a hegemonia dominante e endossando uma direção intelectual e política na profissão, de caráter crítico e progressista (Mota; Rodrigues, 2020, p. 202).

Partindo das considerações acima, o Serviço Social de base tradicional/conservadora se vê confrontado por perspectivas críticas no processo de renovação do Serviço Social brasileiro passa a compreender seu significado social como uma profissão inserida

na divisão sócio técnica do trabalho e que tem nas expressões da “questão social”, seu objeto de trabalho, ou seja, altera-se o entendimento sobre a profissão e sua função social, agora compreendendo seu papel na dinâmica da sociedade capitalista no conjunto da produção e reprodução das relações sociais. Agora, cabe-nos uma análise de como perspectivas conservadoras, após desenvolvimento sócio-histórico de ruptura, reaparecem na profissão, considerando que estão articuladas as modificações na sociedade brasileira.

Expressões do conservadorismo na conjuntura social política e econômica da realidade brasileira

Antes de adentrarmos na análise específica sobre o conjunto de materiais que expressam, em nossa análise, perspectivas conservadoras alinhadas com as tendências pós-modernas, é preciso que retomemos um ponto essencial para se captar o impacto concreto da relação que se impôs na historicidade da sociedade brasileira que se vivencia, há pelo menos uma década: a ascensão da ultradireita, que escamoteada com uma nuance conservadora, foi gestada por meio do consenso e do golpe em 2016. Nesse sentido, torna-se central pensar a conjuntura do período de 2018 a 2022, no qual consideramos que há uma potencialização das tendências conservadoras na sociedade brasileira. Mas tais tendências não se apresentam de forma igual às que já existiram na sociedade e no interior da profissão, pois segundo Anunciação de Souza (2018, p. 38-39), “[...] o conservadorismo avançou em termos políticos, adensou-se ideologicamente, expressa-se no cotidiano e nas instituições, avança sobre a produção de conhecimento, demarca posições na batalha das ideias, [e] confere conteúdo a decisões da política econômica dos estados capitalistas [...]”.

No ano de 2016, a partir do golpe que finda os anos dos governos petistas, há uma retomada potencializada das tendências conservadoras e reacionárias na sociedade brasileira, que não se trata de um fenômeno único, mas vinculado às mudanças que ocorrem no cenário mundial. Nessa perspectiva, “[...] o projeto conservador, em suas vertentes mais radicalizadas à direita, tem sido o principal conteúdo no cenário político brasileiro, disputando e conquistando significativa hegemonia política e cultural” (Fonseca; Passos; Cavalcante, 2023, p. 11). Nesta conjuntura, a ofensiva reacionária e conservadora é retomada e sua maior concretização se expressa na eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro, onde sua representatividade foi apoiada pela denominada “nova direita” ou extrema direita, produto eclético das diversas frações burguesas, que na ausência de outra opção política, o apoiaram. Considerando a composição das classes

brasileiras identifica-se que esta reação conservadora é constituída “[...] essencialmente, por conservadores, propriamente ditos [e] evangélicos fundamentalistas [...]. Assim, é certo que estes grupos não possuem identidade, ou designação, comum, mas se unem [...]– sob o manto dos bons e corretos costumes –; “[...]” (Fonseca; Passos; Cavalcante, 2023, p. 12-13).

As pautas capitaneadas por esse rearranjo político, do qual Bolsonaro é signatário, se assentam em teorias conspiratórias em relação à esquerda brasileira, desqualificando todo o processo de luta política da classe trabalhadora além do incentivo potencializado ao antipetismo. Ao Estado, agora tomado de assalto por tais tendências, lhe é atribuída a função de mero administrador residual dos “problemas sociais” sem que se rompa com o seu caráter classista, na medida em que há a continuidade da defesa dos interesses da elite economicamente dirigente cumprindo a “nova política” funcional à sociabilidade do capital. (Yasbek; Degenszajn; Paz, 2019, p. 8). Na esfera econômica, a particularidade deste governo foi estruturar-se num extremo liberalismo econômico que se vinculou a segmentos da elite burguesa em conjunto às forças políticas autocráticas, na defesa de seus interesses particulares. Este cenário acentua os processos de privatização na Saúde e na Educação, o desfinanciamento das políticas públicas que parte de medidas econômicas de austeridade fiscal, bem como o aprofundamento da contrarreforma do Estado, já em curso. Tais medidas favorecem um determinado segmento da sociedade e estão afinadas aos interesses do capital internacional, bem como de agências multilaterais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI). No que tange ao campo político, há uma disseminação do antipetismo, assumindo um caráter ideológico, homogeneizando a esquerda brasileira e produzindo uma aversão a este setor, a partir de uma leitura reducionista e equivocada, mas que naquele cenário ganhou corações e mentes. Determinados valores e princípios vinculados a uma tendência conservadora, são divulgados e ocasionam um esvaziamento político do debate, desestoricizando a política no seu processo interno e externo de contradições. Desta forma, “[...] o recurso ao conservadorismo se desenha como uma tentativa de reorganizar e manter uma hegemonia econômica e cultural – uma vez que esse fenômeno se expressa em ambas as esferas” (Fonseca; Passos; Cavalcante, 2023, p. 2).

Durante seu governo observou-se uma retomada de uma pauta comportamental extremamente reacionária e moralista, sobretudo a partir de suas defesas relacionadas ao fundamentalismo religioso, como a concepção de família tradicional patriarcal, sobretudo monogâmica e cristã e sua aversão as pautas referentes ao debate LGBTQIA+, aos direitos da mulher e dos negros. Compreende-se que esse projeto conservador, em

suas vertentes mais radicalizadas à direita, tem sido o principal conteúdo no cenário político brasileiro, disputando e conquistando significativa hegemonia política e cultural. Portanto,

Nesse âmbito, vivemos tempos de ofensiva conservadora, de avanço do irracionalismo, do obscurantismo de ameaças à democracia e de redução dos direitos, tempos de regressão conservadora que se expressam no avanço da defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, no acirramento dos preconceitos, no racismo, no feminicídio, na homofobia e na criminalização dos movimentos sociais, entre outros aspectos (Yasbek, 2020, p. 299).

Esta conjuntura é constituída por formas de pensar com características antiprogressistas, antidemocráticas e antipopulares trazendo uma “nova onda conservadora” com impactos para a profissão. E uma das estratégias mais utilizadas para disseminação de ideias e propostas desses segmentos conservadores se concentra nas mídias sociais, arena que pode ocasionar uma despolitização dos processos sociais.

O papel das mídias na divulgação das tendências conservadoras: a potencialidade dos recursos tecnológicos

As mídias sociais, desde o advento da internet em escala global, potencializam a conexão entre as pessoas de forma aligeirada jamais vista na História. Todavia, ao mesmo passo que a expansão da rede facilita o processo de socialização de informações, há no cerne da organização do capital, a necessidade de um entrelaçamento cristalizado entre as formas de dominação, que, neste caso, podemos conceber um, senão o principal, pilar de sustentação dessa forma de sociabilidade: o conservadorismo. Assim, concordamos com Mota e Rodrigues (2020) quando afirmam que o conservadorismo que está organicamente enraizado na sociedade capitalista, se utiliza dos recursos e inovações tecnológicas disponíveis, através da massificação pelas redes sociais, de determinados conteúdos, o que evidencia a exponenciação do uso dessa tecnologia que gradativamente, como meios de comunicação, podem banalizar as contradições dos processos sociais, bem como das ‘expressões da questão social’, ganhando uma capilaridade nesta sociedade.

Os sites que têm um alcance substantivo, como Youtube e Facebook, são plataformas midiáticas, cujas regulamentações se encontram numa área tensionada, pois o Estado capitalista também adquire vantagens com essa “ausência de regulamentação”, ainda que demonstre realizar o movimento contrário. Nesse escopo identifica-se, de

forma cada vez mais frequente, um conjunto desenfreado de *fake news* (notícias falsas), onde se localizam as expressões do pensamento da extrema-direita. Tais mecanismos proliferam uma forma de “ver a realidade” de forma pragmática, imediatista, que não se apropria da essência do real, pois sua intencionalidade não é essa. O discurso de que não existem verdades além daquelas que os indivíduos isoladamente reconhecem, torna-se a força motora na disseminação desta forma de pensar. Nesse sentido, “[...] o negacionismo tem sido o método de refundação do real [e] de transformação de fake news em verdades” (Barroco, 2022, p. 16). Estas particularidades se encontram extremamente afinadas com as bases do pensamento pós-moderno, onde a “verdade de cada um” é valorizada. Com esta perspectiva, que os sites se tornam espaços que propiciam a divulgação de várias formas de pensar, com destaque para as tendências conservadoras e reacionárias, produzindo um debate aligeirado, constituído de opiniões a partir de vivências, sem fundamentações teóricas robustas, adquirindo uma singularidade superficial, o que sintoniza com as tendências pós-modernas, na sua característica de valorização da efemeridade.

Portanto, é nesta conjuntura particular que são identificadas tendências conservadoras no campo da profissão, que reclamam uma retomada ao tradicionalismo, ao empirismo e ao pragmatismo, aspectos problematizados e enfrentados desde o processo de renovação na sua perspectiva de intenção de ruptura. De acordo com Mota e Rodrigues (2020) a revalorização desses elementos é uma negativa potencializada a maturidade intelectual construída na profissão, acompanhada por uma nítida aversão às conquistas progressistas e a construção de uma cultura profissional iniciada desde a virada.

A partir do trabalho de pesquisa foram localizados textos publicizados na página⁶ do Facebook, sobre o que vem sendo denominado e defendido por um determinado segmento profissional de Serviço Social Clínico, que contém a proposta de refundação da profissão, subsidiada em referenciais teóricos distintos ao do projeto profissional crítico. Partindo do conteúdo das *lives* (registro audiovisual), considerando que este é o espaço majoritariamente utilizado por este grupo, para a difusão de suas ideias, diversos elementos foram identificados, incluindo o canal do Youtube Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (Serviço [...], 2021a, 2021b), afinados explicitamente com tendências conservadoras mescladas com elementos do pensamento pós-moderno, que problematizamos no próximo item.

As novas expressões do conservadorismo no Serviço Social: principais tendências

Durante o processo de pesquisa, foi identificado um conjunto de materiais, que se posicionam de forma contrária ao pensamento hegemônico do Serviço Social. Aqui será conferido um caráter de uma análise mais ampliada acerca desse conjunto, pela natureza deste artigo, com a finalidade de identificar as linhas gerais do pensamento defendido pelo segmento profissional que formula “novas aspirações” para o que se denomina de Serviço Social Clínico. Basicamente, identificam que este é uma especialidade prática do Serviço Social onde a ação profissional se constitui na realização de diagnóstico e tratamento para problemas emocionais, comportamentais, enfatizando a dimensão subjetiva como um aspecto a ser trabalhado por assistentes sociais que atuariam no âmbito da terapia familiar, individual e grupal, ou seja, realizando uma *prática clínica* (Seminário Serviço Social Clínico, 2018, grifo nosso). Com esta dimensão, considera-se que a intervenção terapêutica realizada por assistentes sociais clínicos busca atender um conjunto de pessoas que, partindo das suas próprias capacidades, poderão resolver seus problemas, ou seja, o profissional contribui para ajudar “[...] indivíduos, famílias e grupos a prevenir e lidar com situações de vida estressantes que, devido a fatores e problemas relacionais, sociais, causam desconforto e *sofrimento psicossocial*, [...]” (Tellaeché, 2018, p. 7, grifo nosso).

A partir desta perspectiva, os referenciais teóricos para este tipo de atendimento, estariam vinculados ao campo da Psicanálise, da Psicologia, da Psicoterapia, dentre outros, o que denota a preocupação em abordar a dimensão da subjetividade que é constituída em seus aspectos relacionais com ênfase na esfera micro (Seminário Serviço Social Clínico, 2018). Notadamente, observa-se um retrocesso nesta perspectiva, considerando todo o processo de construção de uma concepção crítica, progressista, com concepções macrossocietárias, nas quais se analisam as contradições sociais e os fundamentos das desigualdades sociais, dentre outros elementos, que a profissão construiu ao longo de décadas, partindo do movimento de reconceitualização até a construção de um projeto profissional crítico. Portanto, retomar essa prática, com características conservadoras na medida em que se reduzem a uma abordagem individualizante, centrada no indivíduo e que valoriza o caráter subjetivo, demonstra um aspecto psicologizante de compreender as relações sociais a partir da concepção do indivíduo, sem considerar as contradições sociais que constituem a sociedade capitalista e suas determinações econômicas e sociais que atingem os sujeitos. Certamente a dimensão subjetiva do indivíduo e a inter-

venção nela, é necessária, mas realizada por profissionais com a qualificação teórico metodológica para este tipo de abordagem.

A construção deste argumento está pautada na defesa de que o Serviço Social Clínico é uma tendência mundial, da qual, o Serviço Social brasileiro não pode estar alheio ,entretanto, há um marco temporal que incide na derrocada dessa argumentação, porque de acordo com Netto (2005), a deflagração entre Serviço Social e o conservadorismo no contexto latino-americano, se dá, necessariamente, no reconhecimento do Movimento de Reconceituação no ano de 1965, processo esse que se dispôs a questionar o Serviço Social Tradicional, incluindo aí o Serviço Social Clínico. Enquanto isso, a proposta denominada pelo grupo como “disruptiva” e alinhada ao cenário internacional, acena para a retomada conservadora, acrítica na profissão, entendendo que sua perspectiva é a melhor para dar conta das questões contemporâneas que atravessam a profissão, pois o Serviço Social Clínico atende a perspectiva do ser humano nas suas questões exclusivamente subjetivas, que devem ser trabalhadas pela profissão. Com tais premissas, contribui-se para o adensamento de uma perspectiva de Serviço Social “[...] anti-intelectual, [...] pragmático e [...]essa tendência se expressa também na ampliação de discursos sobre a valorização da empiria e do pragmatismo, que podem repor a racionalidade instrumental na profissão [...]” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 206).

Este segmento profissional, que defende a retomada do Serviço Social Clínico, também demonstra seu pensamento a partir de ponderações sobre a profissão enfatizando que esta não se configura como uma profissão militante político-partidária. Nesta perspectiva, argumenta-se que, para a profissão alterar-se, é necessário conhecimentos e estratégias objetivas e não somente estratégias idealistas e ideológicas para enfrentar, de forma profissional, as mazelas do nosso tempo. Desta forma, “[...] advoga-se um Serviço Social livre de ideologias, como se fosse possível existir intervenção socioprofissional despida de parâmetros ideológicos” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 206). Aqui se expressa a ideia sobre a profissão que necessita de uma mudança para que se torne efetiva a atuação profissional se tornando mais concreta. Mas, se lidamos com uma população extremamente pauperizada, no contexto dos espaços sócio-ocupacionais, na oferta de serviço sociais através das políticas públicas, o que há de idealismo nisso? O trabalho profissional se manifesta na realidade concreta, na vida dos usuários que são atendidos e por mais que as políticas públicas estejam precarizadas, ainda assim são pensadas formas de atendimento das demandas sociais para os estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Por outro lado, na defesa de uma abordagem que superdimensiona a esfera da subjetividade, questiona-se que há um reducionismo teórico quando se restringe à análise dos “fatores socioeconômicos”, deixando o indivíduo excluído de um

atendimento mais integral. (Seminário Serviço Social Clínico, 2018). Mas se não exercitarmos essa capacidade de análise acerca dos determinantes sócio-históricos, como compreender as expressões da questão social? Naturalizando-as ou propondo que haja um equilíbrio no sistema capitalista? Essa argumentação certamente é inócua do ponto de vista teórico-metodológico.

Articulado a este raciocínio, existe a defesa de que assistentes sociais sejam profissionais com “[...] capacidade científica de produzir conhecimento para intervir na realidade e trazer resultados tangíveis e satisfatórios aos seus *clientes*, às organizações que os contratam e à sociedade que espera um *profissional comprometido com o bem-estar, justiça e dignidade humana* (Oliveira, 2017, p. 2, grifo nosso). Ainda que ocorra um pseudo apelo a uma capacidade científica, as argumentações resvalam para o pragmatismo e empirismo, demonstrando uma aversão à maturidade intelectual da profissão. Essa defesa intransigente de uma nova organização do Serviço Social, é em sua real essência a construção de um pensar e fazer alinhado à lógica conservadora. E a fundamentação teórica proposta se revela parte de um processo de retomada daquela que conduziu as primeiras ações profissionais articuladas a outras contemporâneas. Os referenciais que subsidiam tal perspectiva se encontram vinculados a uma cosmovisão teórica metodológica oriunda das Ciências da Gestão e das Ciências Humanas e Naturais, que dialogam, em alguma medida, com o pragmatismo e com a teoria geral de sistemas, dentre outras. Nesta configuração, a perspectiva teórica defendida pelo Serviço Social Clínico tende a apresentar um ecletismo teórico - característica do pensamento pós-moderno - que ao invés de subsidiar as análises críticas do Serviço Social reconhecendo as contradições no “fazer” profissional, termina por ocultar ao invés de contribuir, para o desvendamento da essência dos fenômenos sociais. Os valores que são apresentados como dignidade humana, retomam para a profissão, o aspecto de benevolência e do amor ao próximo, relacionado ao Serviço Social, como vimos anteriormente, influenciado pela Doutrina Social da Igreja, portanto, um pensamento que representa um retrocesso na cena contemporânea. Esta dinâmica nos remete à questão da presença do fundamentalismo religioso, que se constitui como um dos elementos do conservadorismo contemporâneo. Nesta concepção, há a defesa de que o “marxismo” está ultrapassado e de que é insuficiente teoricamente para a análise do real, ou seja, uma aversão a metanarrativa que possibilita a análise da totalidade, também em consonância com as tendências do pensamento pós-moderno. Nota-se então que a demanda por uma releitura do Serviço Social, não condiciona a uma abordagem com intuito de “revolucionar” a profissão de forma propositiva e contributiva, mas alicerça sua atuação em perspectivas teóricas dis-

tintas da que confere a direção social estratégica do projeto profissional crítico. O campo da psicologiação do indivíduo, como vimos, também se faz presente ao se demonstrar uma preocupação com o “bem-estar” dos clientes, ocasionando um teorismo acrítico, estando esta compreensão “[...] ancorada nas ideologias pós-modernas e [no] Serviço Social Clínico –, [que] ressuscita o Serviço Social de cunho psicologizante e moralizante” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 207). A ausência de problematizações sobre o conjunto de contradições estruturais do sistema capitalista que produz a miséria, a violência, o desemprego, enfim, o conjunto das desigualdades sociais que são um dos subsídios dessa sociedade, comprometem a perspectiva de totalidade. Em conexão a esse conteúdo, a perda da centralidade do debate de classes também causa diversas ranhuras ao universo cultural construído coletivamente pela categoria profissional, pois a própria análise da questão social, conceito central para a profissão, é pulverizada com a adoção do pensamento da pós-modernidade. Em resumo, estas perspectivas “[...]se articulam e evidenciam expressões ecléticas e heterogêneas do conservadorismo moderno, [...] se amalgamam em diversas ideologias, teorias e práticas que, [...] confluem para a negação do marxismo [e] a despolitização da intervenção profissional [...]” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 207).

Com relação à hegemonia construída historicamente pela massa crítica das vanguardas profissionais, questiona-se que esta se configura como imposição de uma única vertente “teórica, filosófica, ideológica, política e partidária” (Oliveira, 2020). Esta “constatação” contém uma ideia equivocada, pois a hegemonia prevê dissensos e consensos, além de se referir a construção de uma direção política e intelectual para a profissão, que envolve debates políticos e não simplesmente algo imposto. Essa leitura enviesada sobre o conceito de hegemonia e o que ela representa, reproduz uma ideia, que não confere com o real conceito que prescinde a hegemonia que é exatamente o reconhecimento de disputas no interior de projetos distintos entre si, e aqui particularmente, do projeto de profissão.

Sobre à concepção de sociedade, os apontamentos se referem à construção de uma sociedade mais justa e digna com soluções (como se fosse viável, no sistema capitalista, solucionar as desigualdades sociais) para seus clientes através de serviços dignos, ao invés de primar por uma sociedade emancipatória, sem exploração e opressão de classes. A partir disso são realizadas críticas às formas de pensar e analisar oriundas do pensamento vinculado ao campo de tradição marxista, reivindicando para si, a empiria e o pragmatismo como forma de compreensão verdadeira da realidade, subsidiado pela teoria sistêmica. Este fato se desdobra num pensamento abstrato e reducionista, e, por-

tanto, num irracionalismo, que também é constitutivo do pensamento pós-moderno, de que a teoria social hegemônica no Serviço Social brasileiro, não dá conta do fazer profissional, ratificando o equívoco de que a teoria em nada se relaciona com a prática.

Ora, se entendemos a teoria como apreensão do movimento real do objeto, uma forma de buscar o conhecimento deste objeto, e, portanto, a reprodução do objeto pensado, entende-se que ela é aproximativa e provisória em relação à dinamicidade deste mesmo objeto que é extraído da realidade social, constituída por uma dinâmica sócio-histórica. A teoria é a reconstrução do movimento do objeto através do pensamento compreendendo suas contradições, as determinações que o constitui e as relações nas quais está inserido, se particularizando, portanto, como um ato do pensamento (Santos, 2010). Por outro lado, também é importante resgatar que a teoria social de Marx não foi elaborada para pensar uma profissão, e sim a essência da sociedade capitalista no bojo de suas contradições, lembrando também que a teoria não se transforma de imediato numa prática. Nesta relação devem ser construídas diversas mediações sócio-históricas, portanto, não é procedente a afirmativa de que o campo da tradição marxista não oferece subsídios teóricos para analisar o significado social da profissão, as relações contraditórias da sociabilidade burguesa, e como esses e outros elementos se configuram como o “chão” em que a profissão surge por uma necessidade social, num determinado período histórico. Esse movimento “[...] ao tensionar as bases teóricas do pensamento materialista e dialético e reiterar o ecletismo em oposição ao pluralismo, [impulsionam] as ideologias pós-modernas [que] vêm, [...] negando por outros caminhos a cultura profissional “[...]” (Mota; Rodrigues, 2020, p. 207).

Nesse sentido, não há como retornar para as elaborações de Mary Richmond, como defende o Serviço Social Clínico, para a atualidade, uma vez que seus referenciais teóricos, e esses sim, não dão conta de explicar a realidade contemporânea nas suas mazelas sociais que se expressam de formas mais deletérias nos países de capitalismo dependente periféricos. Portanto, as expressões da questão social, como produto histórico do capitalismo no bojo da luta de classes, se potencializam com o desenvolvimento das forças produtivas e se constituem sim como o âmbito de atuação de Assistentes Sociais. Os argumentos para a invalidação da teoria social de Marx se sustentam em outros referenciais teóricos, como o da Logoterapia, das Ciências da gestão e as produções de Mary Richmond, o que denota um ecletismo teórico, como sinalizado, que, ao fim e ao cabo desconsidera, a possibilidade de emancipação humana e mudança estrutural da sociedade. A concepção desse segmento profissional que defende o Serviço Social Clínico, nega a “questão social” como objeto de trabalho da profissão e coloca que a

centralidade do nosso fazer profissional no “ser humano em condição de vulnerabilidade social”. Essa perspectiva de análise se exime do entendimento de que os problemas sociais apresentados pelos seres humanos não são exclusivamente produto da psique ou de como o indivíduo se percebe na sociedade, mas são reais, concretos e estruturais e não exclusivamente individuais.

Considerações finais

A partir da exposição, defendemos que a construção do projeto ético-político do Serviço Social bem como sua consolidação, marca indelevelmente um avanço histórico para a profissão. Este projeto é extremamente contemporâneo e necessário, pois possibilita a análise crítica sobre a sociedade capitalista em suas contradições, núcleo duro onde atuam assistentes sociais, ou seja, mais precisamente nas expressões da questão social que a dinâmica capitalista produz. Também nos permite compreender suas heterogêneas formas de opressão e exploração que se “requintam” com o desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo, no seu *modus operandi*, assentado na superexploração do trabalho. Para além dessas questões, que não são poucas e nem superficiais, este projeto profissional contribui para a apreensão do homem em sua capacidade teleológica, e na particularidade da dinâmica capitalista, a classe trabalhadora como sujeito histórico da revolução e da transformação social.

De outra perspectiva, nos permite identificar, no âmbito dos diversos espaços sócio-ocupacionais, as diferenças e similaridades (se as houver) entre as demandas dos usuários, as da profissão e as da instituição; o conjunto dos processos de correlações de forças institucionais, bem como a possibilidade e efetividade de construção de propostas alternativas de intervenção no cotidiano institucional na direção, a partir de nossa mediação, do atendimento das demandas dos usuários. Portanto, é neste sentido que se exige, e nessa conjuntura mais do que necessário, que assistentes sociais sejam críticas, propositivas e reflexivas para que exerçam suas análises a partir das demandas trazidas e que problematizem os fenômenos sociais, exercendo sua capacidade intelectual. Esse processo só se concretiza partindo da transformação de seu acúmulo teórico político em ações profissionais. Assim o exercício da profissão precisa estar fundamentado numa solidez teórica robusta que nos qualifique, pois a partir da análise do real, é viável que se construam estratégias de intervenção nesse mesmo real, no sentido de modificá-lo.

Nesta direção continuamos a defender a manutenção do projeto ético político, considerando sua elaboração sócio-histórica vinculada ao campo da tradição marxista,

atualíssima para se analisar criticamente a contemporaneidade, as metamorfoses da sociedade capitalista, o adensamento de suas contradições, sobretudo nos países de capitalismo dependente periféricos. E é esta vinculação que nos possibilita, ser radical, ou seja, ir à raiz das expressões da questão social e compreendê-las na sua totalidade, entendendo que neste padrão de sociabilidade, elas não serão exterminadas, mas sim amenizadas.

É este projeto profissional que nos explicita a necessidade de compreensão sobre as articulações entre as três dimensões constitutivas da profissão: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa, pois ainda que cada uma contenha uma particularidade, na conexão entre elas, formam a totalidade da profissão e compõem o trabalho profissional.

Portanto, este projeto confere materialidade ao trabalho profissional, pois na medida em que se intervém na realidade, exercendo uma ação profissional, é fundamental um referencial teórico como seu sustentáculo. Este projeto contribui e nos fornece elementos para que possamos seguir na luta política, cada vez mais necessária (articulada ao conjunto da classe trabalhadora), para a construção de uma outra ordem societária, na qual vislumbramos a extinção da exploração de um homem sobre o outro.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>.

BARROCO, M. L. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.268>.

BEZERRA, T. C. E. Modernidade e pós-modernidade: uma abordagem preliminar. *Textos e Debates*, Roraima, n. 13, 2007. DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v2i13.892>.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília, DF: CFESS, 2022.

DARDENGO, A. M. Teoria social pós-moderna. *Argumentum*, Vitória, v. 4, n. 2, p. 279-284, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v4i2>.

EVANGELISTA, J. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. *Revista Pedagógica*, Chapecó, ano 10, n. 20, p. 11-32, jan./jun. 2008.

EVANGELISTA, J. *Teoria social pós-moderna: introdução crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FONSECA, C. T.; PASSOS, L. G.; CAVALCANTE, M. C. L. O conservadorismo clássico e moderno: expressão e novos contornos no Brasil. In: CAVALCANTI, S. A. U. *Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos 2*. Ponta Grossa: Atena, 2023. p. 1-16. DOI: 10.22533/at.ed.451230604.

FORTI, V.; RAMOS, A. Contribuições à discussão do trabalho do assistente social na área da Saúde: projeto profissional crítico e algumas demandas recorrentes. In: RAMOS, A.; SILVA, L. B.; PAULA, L. G. P. (org.). *Serviço Social e política de saúde: ensaios sobre trabalho e formação profissionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2018. p. 83-106.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. P. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

NETTO, J. P. O movimento de reconceitualização: 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 84, p. 43-57, 2005.

OLIVEIRA, E. M. 23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/499458877/23-Teses-Final-v6>. Acesso em: 18 abr. 2024

OLIVEIRA, E. M. *Serviço Social para corajosos: entre falácias, mitos, e realidade carne e osso*. Maringá: Editora Viseu, 2020.

SEMINÁRIO SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO: um debate inadiável, 2., 2018, Porto Alegre. *Anais* [...]. Porto Alegre: SASERS, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1hjC6DprLa7YZ0rJ1faVzpyYwFGRbs45m/view>. Acesso em: 18 abr. 2024

SERVIÇO social clínico no Brasil: o que é e o que não? Parte 1. [S. l.: s. n.], 2021a. 1 vídeo (57 min). Publicado pelo canal Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AUCYtTc7UIo>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SERVIÇO Social Clínico no Brasil: O que é e o que não? Parte 3. [S. l.: s.n.], 2021b. 1 vídeo (1h). Publicado pelo canal Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/oOxWQTyWnI4?si=6ScvkFCDEPLrmTZf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SOUZA, J. M. A. O significado social do conservadorismo para o Serviço Social. In: AMARO, S.; CRAVEIRO, A. (org.). *Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade do Serviço Social*. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018. p. 36-46.

TELLAECHE, A. I. El trabajo social clínico y la psicoterapia. Madri: *Consejo General del Trabajo Social*, 2018.

YASBEK, M. C. Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 293-306, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.32934>.

YASBEK, M. C., DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 134, p. 7-12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.162>.

Notas

- 1 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou em 2022 o relatório “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil”, documento que mapeou o perfil das (os) assistentes sociais, o texto destaca que 92,92% das profissionais identificam se com o gênero feminino, reafirmando assim a tendência histórica da predominância de mulheres na profissão. Com essa compreensão usaremos primeiramente a flexão de gênero no feminino quando nos referirmos às (aos) assistentes sociais.
- 2 Para esta pesquisa foram consultadas as seguintes revistas da área: *Libertas*, *Temporalis*, *Ser Social*, *Katálysis*, *Serviço Social e Sociedade* e *O social em questão* a partir dos descritores Serviço Social; conservadorismo; projeto ético-político; Serviço Social Clínico no período de janeiro de 2018 a janeiro de 2023. Portanto trata-se de uma pesquisa em fontes secundárias, socializadas em espaço de grande acesso.
- 3 Além destas foram localizados durante a pesquisa, 1 dissertação de Mestrado e 1 tese de Doutorado no período de 2017 a 2022. Desse conjunto de produções, identificamos nove artigos que contêm um diálogo crítico com o conservadorismo, assim como uma dissertação de Mestrado (2020) e duas teses de Doutorado (2021), bem como a publicação de dois livros cujo conteúdo defende a proposta do Serviço Social Clínico sendo estes mediadores dos fluxos de informações sobre essa temática, que comungam de forma nítida sobre a reinserção potencializada da retomada do conservadorismo na profissão, com vernizes de modernidade.
- 4 Aqui consideramos como modernidade um fenômeno vinculado à emergência e consolidação do sistema capitalista e suas mazelas sociais que também envolvem os aspectos ídeo-culturais dessa “nova” sociedade que se gesta como produto histórico das contradições sociais da sociedade burguesa (Evangelista, 2007).
- 5 Esse projeto assume sua materialidade em três documentos bases: as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, o Código de Ética do Assistente Social de 1993 e a Lei que regulamenta a Profissão de 1993.
- 6 A publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da resolução Nº 569, de 25 de março de 2010, dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, estabelece que essa forma de intervenção profissional, não é de competência de assistentes sociais. Esse debate, inclusive, já foi superado no interior da profissão que atualmente defende um Serviço Social crítico, propositivo, reflexivo que defende valores democráticos e progressistas.

Recebido em: 20 de maio de 2025
Aprovado em: 13 de maio de 2026